

Sarney e Funaro no refluxo da fantasia

BRASILIA
AGÊNCIA ESTADO

Pirandello, na praça Henrique IV, pinta magistralmente a história de um rico burguês parisiense do começo do século que, da noite para o dia, imaginou ser aquele rei de França, fundador da dinastia dos Bourbons. Sua família, para não magoá-lo, compôs todo o jogo de cena. Ele se vestia como Henrique IV, possuía uma corte igual à do soberano de seus sonhos, foi posto para morar num castelo e só andava de carruagem. Despachava com alguém fantasiado de Sully, o recuperador das finanças, ouvia explicações de quem pensava fosse Serres, o inovador da agricultura, e até encontrava tempo para passar em revista as tropas que haviam derrotado os espanhóis em Fontaine-Française. Baixava editos, enquadrava a nobreza e explicava por que deixara de ser protestante para tornar-se católico. Paris valia uma missa.

Um belo dia o cidadão acordou bom e estranhou as roupas e o ambiente. Percebeu o que se passava e, após curto meditar, decidiu continuar a encenação. Ou sua família não podia ser desgostada, já que tinha agido na melhor das intenções para lhe proporcionar a ilusão, ou sua família agira tão mal com ele, alimentando o irreal, que merecia permanecer ignorando sua recuperação. Ficou como Henrique IV, até aumentando o número das falas do trono, ainda que suas instruções, notaram alguns parentes, parecessem mais apropriadas à França moderna do que à França da Renascença.

A peça aplica-se como uma luva à evolução da política econômico-financeira da Nova República. O cidadão, com todo o respeito, tanto pode chamar-se José Sarney como Dilson Funaro. Ao assumir a Presidência da República, um, e o Ministério da Fazenda, o outro, defrontava-se o País com o espectro do caos. Era a inflação galopante, o desemprego que não diminuía, a dívida externa inegociável, o déficit público, a baixa produção, o contínuo aumento do custo de vida e tudo mais.

Os nossos personagens de Pirandello tentaram resolver a situação por meio de soluções clássicas, penosas e difíceis, mas as únicas viáveis. Desafortunadamente, nada deu certo, e um belo dia, no prenúncio de outro capítulo amargo, não resistiram. Optaram pela solução mais fácil e ilusória: tornaram-se Henrique IV, aceitando o Plano Cruzado que um grupo de jovens preparara quase como trabalho escolar.

A família, no caso, a Nação, compôs o pano de fundo. Aceitou, aplaudiu e divertiu-se. A ilusão tomou conta de todos. Congelamento de preços, súbito aumento do consumo, produção incentivada, pleno emprego, crescimento econômico, enfim, o milagre, tão fácil de fazer.

Passaram-se os meses. O real voltou a sobrejugar o ideal. Um belo dia, lá para outubro, o cidadão veri-

ficou não ser mais Henrique IV. A crise, novamente, prenunciava-se imediata, com a baixa das exportações, o aumento das importações, a queda vertiginosa de nossas reservas cambiais, o ágio, a falta de produtos e gêneros nas prateleiras e em consumo que não correspondia à produção.

O que fazer? Denunciar o Plano Cruzado e reconhecer o seu fracasso equivaleria a frustrar a família, ou seja, a Nação, que tão diligentemente corria em seu socorro, ajudando-o a viver como Henrique IV. Por isso, importava-lhe continuar resistindo do como nos tempos daquele rei de França, sem abandonar o castelo, as carruagens e as posturas do soberano. Importava-lhe permanecer sustentando que o Plano Cruzado dera certo e se prolongaria. Só que era preciso outro, rápido, que acabou apresentado como "corretivo", mas, na verdade, foi o Plano Cruzado II.

As explicações do presidente Sarney na televisão e no rádio, quanta-fetura, muito mais do que as desatadas explicações do ministro Dilson Funaro, uma semana antes, mostraram que o cidadão sabe não ser mais Henrique IV. Mas continuará fazendo como se fosse. A guerra ao consumo, a quebra do congelamento, que ninguém acredita ser imitada e parcial, os novos impostos lançados sobre uma série de produtos, a oscilação diária do cruzado com relação ao dólar, a ênfase para o aumento das exportações e para a redução das importações, a necessidade de não ver mais reduzidas do que estão as nossas reservas cambiais, a poupança forçada, a amarração do gatilho salarial, a investida, mesmo débil, para deter os gastos públicos — tudo significa uma nova política econômica. Muito mais amarga, porém real, caracterizada que ficou a impossibilidade de continuar a anterior, expressão doce e amena do reino da fantasia. Mas será nova, essa política, quando se sucederem as medidas complementares, no correr dos próximos meses.

O presidente Sarney foi brilhante, em sua exposição através de vídeos e microfones, há três dias. Emocionou a Nação ao se apresentar tentando justificar o Plano Cruzado II e provar que o Plano Cruzado I permanecia pleno e integral. Poucas vezes se tem visto um governante mostrar-se assim, desarmado, sincero e até confiante. De maneira pessoal, terá reconquistado consideráveis pontos em seu índice de popularidade. O que nada tem que ver com semelhança, integração ou continuidade entre o que era e o que é, no campo econômico. Nem com o destino das ilusões desfeitas pela realidade.

Henrique IV sabe que não é mais Henrique IV, ainda que pretenda guardar as aparências. Afinal, Brasília, como Paris, também role uma missa...

C.C.